



# SENADO FEDERAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 2371, de 2021**, que *"Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a imunoterapia nos protocolos clínicos e nas diretrizes terapêuticas do câncer."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Humberto Costa (PT/PE)	001

TOTAL DE EMENDAS: 1



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 2371/2021)**

Dê-se nova redação ao § 2º do art. 19-O da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

**“Art. 19-O. ....**

**.....**

**§ 2º** Os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas do câncer poderão incluir a utilização de imunoterapia quando se mostrar superior ou mais segura que as opções tradicionais, nos termos desta Lei e na forma do regulamento.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Propomos a presente emenda no intuito de eliminar a dubiedade interpretativa da proposição, adequando-a à legislação vigente no que tange à avaliação e Incorporação de tecnologias em saúde ao SUS.

O texto atual do projeto preocupa por sugerir uma incorporação obrigatória de tratamentos de alto custo. As imunoterapias abarcam grande quantidade de tecnologias e de tipos variados. Ainda que seja feita a menção aos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, pode-se inferir do texto atual que todas as imunoterapias deveriam ter seu uso regulamentado de algum modo.

Ainda, a aquisição das tecnologias disponíveis no SUS para o tratamento oncológico é de responsabilidade Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACONs) e Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACONs). O impacto orçamentário da aquisição dessas tecnologias recairia também sobre esses serviços de saúde, além dos



entes federativos tendo em vista o financiamento tripartite. A insegurança jurídica da proposta em tela também causaria importantes dificuldades em sua implementação pelos serviços de saúde responsáveis pelo tratamento, frente à necessidade de planejamento para realização das compras e aplicação das terapias para o tratamento do câncer.

A adoção de tecnologias em saúde por um sistema de saúde deve se pautar em critérios científicos e econômicos, visando o fornecimento de tecnologias efetivas e seguras e eficientes à população. Os processos de avaliação de tecnologias em saúde, adotados pelo Brasil e por outros países do mundo, asseguram que tais critérios sejam incorporados aos processos de tomada de decisão para garantir, simultaneamente, o melhor cuidado e a manutenção da sustentabilidade financeira dos sistemas de saúde.

A mudança redacional proposta, mantém o intuito do projeto e, ao mesmo tempo, garante que as tecnologias sejam avaliadas para a disponibilização das terapias mais adequadas e considerando sua eficiência e custos para o SUS.

Por estas razões, solicito o apoio dos Pares para a incorporação desta emenda ao Projeto de Lei em discussão.

Sala das sessões, 5 de setembro de 2025.

**Senador Humberto Costa**  
**(PT - PE)**

